

Evolução Histórica: Do Patrimonialismo ao Existencialismo

Para compreender a quitação no Código Civil de 2002, é fundamental entender a mudança de paradigma em relação ao Código de 1916 (Clóvis Beviláqua).

- **Código Civil de 1916:** Fortemente influenciado pelo liberalismo e pelo constitucionalismo francês (pós-Revolução Francesa). Era um código **individualista e patrimonialista**. O foco central era a propriedade, o indivíduo isolado e a sua capacidade de produzir riquezas.
- **Código Civil de 2002:** Influenciado pelo **Neoconstitucionalismo** e pelo princípio da dignidade da pessoa humana (Art. 1º, III, CF/88). O foco passa a ser a **dimensão existencial** das relações jurídicas. O patrimônio continua importando, mas agora ele serve ao desenvolvimento da pessoa humana.

Os Três Pilares Epistemológicos de Miguel Reale

O CC/02 foi edificado sobre três diretrizes fundamentais:

1. **Eticidade:** Impõe a valorização da boa-fé objetiva, da lealdade, da moralidade e dos valores éticos em todas as fases do negócio jurídico.
2. **Socialidade:** Prevalência dos interesses coletivos sobre os individuais. O contrato e a propriedade devem cumprir uma **função social**.
3. **Operabilidade:** O direito deve ser simples, prático e realizável. Evitam-se formalismos excessivos que travem a dinâmica social. Baseia-se na confiança e no poder do juiz de aplicar cláusulas gerais no caso concreto.

A Dimensão Existencial da Quitação

A **quitação** (comumente chamada de recibo) é o ato pelo qual o credor atesta que a obrigação foi cumprida, liberando o devedor.

Sob a ótica do CC/02, a quitação ganhou uma **dimensão existencial**. Ela não é apenas um papel que comprova a circulação de dinheiro (patrimonialismo); ela é o documento que atesta à sociedade que o devedor é um sujeito honesto, pontual e cumpridor de seus deveres sociais (**socialidade e eticidade**). É o indicador da idoneidade civil.

O Portador da Quitação (Art. 311, CC)

"Art. 311. Considera-se autorizado a receber o pagamento o portador da quitação, salvo se as circunstâncias contrariarem a presunção daí resultante."

O Artigo 311 é uma aplicação pura do princípio da **operabilidade** e da **teoria da aparência**. Se alguém se apresenta para receber o pagamento portando o recibo oficial assinado pelo credor, o devedor pode pagar a essa pessoa com total segurança. A lei presume que quem está com o documento está autorizado a receber.

Trata-se de uma **presunção relativa (iuris tantum)**. Se as circunstâncias do caso concreto indicarem o contrário (ex: o portador é um inimigo declarado do credor, ou o recibo está rasurado, ou o portador está visivelmente embriagado tentando receber uma quantia milionária), o devedor não deve pagar, pois a aparência foi rompida.

O Direito de Exigir a Quitação e o Direito de Retenção (Art. 319, CC)

Derrubando a lógica clássica de que "só o credor tem direitos e só o devedor tem deveres", o CC/02 consagra um direito subjetivo fortíssimo ao devedor.

"Art. 319. O devedor que paga tem direito a quitação regular, e pode reter o pagamento, enquanto não lhe for dada."

- **Direito à Quitação:** O devedor cumpre o seu dever (pagar), mas ganha o direito de exigir o recibo.
- **Direito de Retenção do Pagamento:** Se o credor se recusar a assinar ou entregar a quitação regular, o devedor tem a faculdade legal de **reter o dinheiro e não realizar o pagamento**. O devedor não incorrerá em mora (atraso) por causa disso. Ele pode pegar o montante, voltar para casa e, posteriormente, utilizar-se da **Ação de Consignação em Pagamento** (Art. 335, I, CC) para se exonerar judicialmente.

A Dispensa do Instrumento Formal por Força da Confiança

Em situações específicas, as circunstâncias do caso concreto e o histórico da relação entre as partes (prática reiterada, confiança mútua, relações de longa data) podem gerar uma **presunção de quitação**, mesmo sem um documento formal e escrito para aquele ato isolado.

Isso ocorre porque a **operabilidade** e a **boa-fé objetiva** (na vertente do *supressio* e *surrectio*) impedem que uma parte exija repentinamente um formalismo que nunca foi adotado na prática histórica daquela relação.

Resumo

Sujeito	Perspectiva Tradicional (CC/16)	Perspectiva Contemporânea (CC/02)	Mecanismo de Proteção
Credor	Tem apenas direitos (receber).	Tem o direito de receber, mas tem o dever ético de fornecer a quitação.	Perda do direito de receber de imediato se recusar a quitação.
Devedor	Tem apenas obrigações (pagar).	Tem a obrigação de pagar, mas tem o direito existencial à quitação.	Direito de Retenção (Art. 319) e Ação Consignatória.